

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 17

Período: 2 a 6 maio 2022



Ato n. 162/PR, de 3 de maio de 2022

Transforma 04 (quatro) Funções Comissionadas de Auxiliar Administrativo I, FC-01, vagas nº 726, 1081, 1093 e 1096 em 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo V, FC-05 e 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo II, FC-02.

Edital de concurso de remoção n. 3, de 4 de maio de 2022. Proad n. 17502/2022 Comunica a abertura de concurso de remoção para provimento da cadeira n. 2 na 8ª Turma e da cadeira n. 10 na Seção Especializada em Dissídios Individuais 6 - SDI-6, vagas em decorrência da aposentadoria do Exmo. Sr. Desembargador Adalberto Martins.

Órgãos de interesse

Poder Executivo

Decreto n. 11.061, de 4 de maio de 2022
Altera o Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018, e o Decreto n. 10.905, de 20 de dezembro de 2021, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por

CSJT

Ato n. 45/CSJT.GP.SG, de 28 de abril de 2022
Designa os integrantes do Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho.
Ato n. 55/CSJT.GP.SG. SETIC, de 4 de maio de 2022

Resolução n. 330/CSJT, de 29 de abril de 2022
Revoga o § 4º do art. 17 da Resolução n. 253/CSJT, de 22 de novembro de 2019, que dispõe sobre a concessão de férias a magistrados no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.
Resolução n. 331/CSJT,

meio de programas de aprendizagem profissional.

[Medida Provisória n. 1.116, de 4 de maio de 2022](#)

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

CNJ

[Resolução n. 455/CNJ, de 27 de abril de 2022](#)

Institui o Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ), na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), para usuários externos.

[Resolução n. 457/CNJ, de 27 de abril de 2022](#)

Altera as Resoluções n. 203/CNJ, de 23 de junho de 2015, que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura e n. 75/CNJ, de 12 de maio de 2009, que dispõe sobre

Dispõe sobre convalidação de trabalho prestado e convocação para o Grupo Nacional de Negócio para o Sistema Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato Conjunto n. 19/TST .CSJT .GP, de 4 de maio de 2020.

[Resolução n. 328/CSJT, de 29 de abril de 2022](#)

Altera a Resolução n. 247/CSJT, de 25 de outubro de 2019, que institui, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária AJ/JT, destinado ao cadastro e ao gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento dos profissionais nos casos dos processos que envolvam assistência judiciária gratuita, e dá outras providências.

[Resolução n. 329/CSJT, de 29 de abril de 2022](#)

Altera a Resolução n. 68/CSJT, de 21 de julho de 2010, que dispõe sobre aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle de veículos no

[de 29 de abril de 2022](#)

Dispõe sobre as diretrizes para concepção, manutenção e gestão dos Sistemas Nacionais adotados pelos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

[Resolução n. 667/CFFA, de 29 de abril de 2022](#)

Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo nos distúrbios alimentares pediátricos.

Conselho Federal de Medicina

[Resolução n. 2.314/CFM, de 20 de abril de 2022](#)

Define e regulamenta a telemedicina, como forma de serviços médicos mediados por tecnologias de comunicação.

Poder Legislativo

[Lei n. 14.331, de 4 de maio de 2022](#)

Altera a Lei n. 13.876, de 20 de setembro de 2019, e a Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento de honorários periciais e sobre os requisitos da petição inicial em litígios e em medidas cautelares relativos a benefícios

os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional, respectivamente.

âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, e dá outras providências.

assistenciais e previdenciários por incapacidade; e revoga dispositivo da Lei n. 8.620, de 5 de janeiro de 1993.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal